

revisão bibliográfica sobre a questão da renda fundiária em Marx), abre muitas sugestões para se entender a dinâmica das lutas sociais no Brasil de hoje.

Em suma, não se trata de um livro apenas para economistas, juristas e politólogos. Recomenda-se a sua leitura também para os que estão encarregados da construção da ordem social mais justa que se anuncia nesse início de Nova República.

**Luciano Oliveira**

Pesquisador do Depto. de Ciência Política  
da Fundação Joaquim Nabuco

**GARCIA, César et alii. *A Questão Agrária e a SUDENE*. Recife, SUDENE/POLONORDESTE, 1984. 100 p.**

*A Questão Agrária e a SUDENE*, numa primeira reedição, é resultado de um estudo realizado por César Garcia, Hermes Ferreira de Aguiar Filho, José de Castro Moreira Filho e Miriam de Arruda Seara, com apoio do Ministério do Interior – MINTER; da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; e do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE. Na apresentação do trabalho, os autores revelam que “muitos dados tiveram que ser atualizados mas nem sempre isso foi possível”, como também não foi possível atualizar as duas listas que contêm as “Áreas de Conflito dentro e fora dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRIs)”, que colocam em anexo. Em seis capítulos, o estudo trata do tema conservando as mesmas idéias, anunciadas na primeira edição.

A Questão Camponesa: Marco Teórico é analisada no capítulo I, onde os autores, após discorrerem sobre a importância do tema, enfatizam que vários estudiosos vêm se dedicando ao assunto. Essa motivação se deve à “surpreendente sobrevivência do campesinato nas sociedades”, tanto as capitalistas mais avançadas, quanto em países de economia socialista. Fato que, segundo eles, contraria a tendência à proletarianização geral apontada pelos teóricos mais ortodoxos. Através do estudo de Kostas Vergopoulos, onde é revelada a significância da produção camponesa na Europa e nos Estados Unidos, os autores fortalecem a teoria de que “não interessa ao capitalismo a proletarianização pura e simples da força de trabalho rural”. A pequena propriedade multiplicou-se e representa, nos dias atuais, a maioria nos Estados Unidos, na Europa e no Canadá. O texto confirma essa observação, reproduzindo uma Tabela das Dimensões das Explorações Agrícolas apresentada por Vergopoulos, com dados de 1964. Em seguida, os autores revelam que, deixando a produção agrícola nas mãos dos camponeses, os setores não-agrícolas, ou melhor, o capital urbano, conseguem as seguintes vantagens, assim enumeradas: Não imobilizam recursos na compra ou no aluguel de terras; transferem os riscos para os agricultores; não assumem obrigações sociais;

não assumem custos de administração da produção; e, do ponto de vista dos setores capitalistas urbanos, observam que a vantagem mais importante “Consiste na possibilidade de desviar todo o excedente agrícola em direção às cidades, deixando no campo apenas o necessário à reprodução da força de trabalho rural, ou seja, apenas o equivalente ao salário”. O Brasil tem uma situação mais complexa do que a de quase todos os países da Europa, declaram os autores. Quanto aos ramos entregues à produção camponesa, caracterizam as diversas situações estabelecendo três categorias: a dos camponeses proprietários da terra, que luta para conservar sua condição de proprietário, ameaçada pela expansão daqueles ramos que interessam diretamente ao grande capital; a daqueles que trabalham no interior da grande propriedade; e a dos posseiros. As duas últimas, segundo os autores, igualmente ameaçadas, são as principais interessadas na reforma agrária, através da qual poderiam tornar-se proprietárias. Os autores arrematam a questão afirmando que, no momento, a diferença que existe entre os camponeses proprietários de terra e os trabalhadores rurais, posseiros, arrendatários e parceiros, é que estes últimos estão submetidos a relações sem amparo legal. As leis que existem, como o Estatuto da Terra, não estão sendo cumpridas e quando os trabalhadores lutam pela sua aplicação, enfrentam resistências violentas por parte dos proprietários da terra.

No capítulo II, A Pequena Produção: Histórico e Situação Atual, os autores enfocam primeiramente a questão do latifúndio e a pequena produção no Nordeste, numa análise de relação direta. Após uma retrospectiva dessa situação, iniciada desde os tempos do Brasil Colônia, chegam às seguintes abordagens: “A parceria”; “O pequeno arrendamento”; “A pequena produção própria (legalizada ou não)”; e “A importância sócio-econômica da pequena produção”. Utilizando tabelas com dados do IBGE, do *Boletim da Reforma Agrária*, da FIBGE e do INCRA, para demonstrativo da discussão dos itens acima, os autores concluem: “Torna-se inconcebível que nestes tempos caracterizados por grandes conquistas sociais, subsista perfil agrário tão perverso”. Declaram, ainda, que qualquer reforma agrária séria que se empreenda na Região terá que contemplar, necessariamente, as duas faces da moeda: o agrupamento dos minifúndios e a divisão dos latifúndios.

O terceiro capítulo é dedicado à Luta pela posse da terra: Os Conflitos. Nele os autores enfatizam que os conflitos em torno da posse da terra têm sido freqüentes em todas as regiões do Brasil. Alertam ainda para o fato de que esses conflitos resultam do antagonismo de interesses entre pequenos agricultores e os grandes proprietários de terra, inclusive instituições públicas. Discorrendo mais detalhadamente sobre o assunto, os autores abordam os tópicos: “Distribuição por Estado”; “Áreas do Polonordeste e do Sertanejo”; e “Os adversários dos Camponeses”. Ao final da avaliação realizada neste capítulo, afirmam que “a população prejudicada tem fortes razões para reagir e reivindicar um maior respeito aos seus direitos por parte da CHESF e do DNOCS. Os trabalhadores se organizam para lutar em defesa de seus interesses e percebem essas entidades como seus adversários”.

Essa observação torna-se ainda mais real quando os autores transcrevem a opinião de um dirigente sindical que diz: “Os camponeses não são contra o

progresso, mas não podem aceitar que esses projetos de utilidade pública se transformem em calamidade pública”.

O Programa de Reformulação Agrária da Sudene: Propostas Iniciais e Orientações Recentes é o enfoque do capítulo IV. Os autores fazem uma exposição das interpretações sobre o Nordeste, numa retrospectiva histórica, desde os meados da década de cinquenta, quando as análises feitas sobre o problema da Região conduziam a uma só conclusão — a seca era a causa fundamental do subdesenvolvimento —, até as linhas de ação traçadas pela SUDENE, a partir do GTDN. Neste capítulo os autores discorrem sobre “O Aproveitamento das Bacias dos Açudes e das Possibilidades de Irrigação no Baixo e Submédio São Francisco e no Vale do Jaguaribe”; sobre “A Colonização do Maranhão”; dão uma “Visão Crítica do Projeto (COLONE)”; apresentam as “Orientações Recentes do Polonordeste”; além de fornecer um panorama geral do “Projeto Sertanejo” e do “Programa de Irrigação”.

No capítulo V, intitulado Outras Soluções: A Violência e a ação do INCRA, os autores declaram que “além dos casos famosos como o de Alagamar, na Paraíba; ou Itaparica, em Pernambuco, há um processo silencioso e contínuo de expulsão de agricultores, família a família, das terras que cultivam”. Quando resistem, de modo isolado, os autores alertam para o fato de que esses trabalhadores sofrem violências que podem variar da morte de um cabrito, ao assassinato do próprio trabalhador. Observam que a solução violenta tem sido até hoje a mais freqüente.

Propostas de Intervenção Ampliada é o assunto do Capítulo VI. Os autores expõem propostas de atuação destinadas a aceitar as transformações que vêm ocorrendo em consequência do confronto de interesses das diversas categorias sociais presentes no campo, evitando, ao mesmo tempo, que a classe trabalhadora — a quem já cabe o menor quinhão — pague os custos dessas transformações. Desse modo, na intenção de ampliar intervenções já em curso, apresentam sete propostas a saber: “Ampla participação Popular”; “Distribuição de Terra”; “Crédito Rural”; “Tecnologia”; “Comercialização e Abastecimento”; “Irrigação”; e “Organização dos Produtores”.

Este estudo vem reforçar a já bastante conhecida idéia de que com a persistência, ou mesmo o agravamento das desigualdades, mais uma vez fica evidenciado que o desenvolvimento integrado é um problema fundamentalmente político, e não técnico. Os autores de *A Questão Agrária e a SUDENE* ratificam a necessidade, cada vez mais emergencial, da regulamentação das relações travadas no campo, e a aplicação da Lei; “Reforçar as instituições necessárias ao cumprimento da Lei e cobrar-lhes eficiência: eis o papel do Estado. Do contrário, a força de trabalho rural continuará a ser esmagada, o que não é desejável para nenhuma das classes de nossa sociedade”. A SUDENE, ao longo da sua existência, realizou, e continua a realizar, estudos que apontam falhas estruturais, historicamente conhecidas, dos planos e dos projetos elaborados pelos órgãos de desenvolvimento regional e subregional. Seria o próprio Celso Furtado, em seu discurso de posse como Superintendente, quem, em 1960, dizia: “O problema do desenvolvimento do Nordeste é menos de formulação de planos tecnicamente aceitáveis do que de acertado encaminhamento político das soluções”.

Assistimos à criação dos planos, dos projetos, perplexos percebemos que, em detrimento deles, as soluções apresentadas não têm revertido o quadro de miséria e injustiça da população do Nordeste. Resta-nos lembrar a sabedoria de Riobaldo, grande personagem do escritor Guimarães Rosa, que tão a propósito dava a solução: "Olhe: o que devia de haver, era de se reunirem-se os sábios, políticos, constituições gradas, fecharem o definitivo a noção — proclamar por uma vez, artes assembléias, que não tem diabo nenhum, não pode. Valor de lei! Só assim, davam tranqüilidade boa à gente. Por que o Governo não cuida?!".

**Maria Evangelina Carneiro Campos**  
Pesquisadora do Depto. de Sociologia da  
Fundação Joaquim Nabuco

**HOFFMANN, Helga.** *Desemprego e subemprego no Brasil.* São Paulo, Editora Ática, 1977. 183 p. (Coleção Ensaaios, 24)

#### **Subemprego: um sintoma**

Subemprego, ainda mais que o desemprego aberto, tem sido cada vez mais apontado como sintoma do desenvolvimento inadequado na maioria dos países do Terceiro Mundo. Sua cronicidade tem resistido mesmo aos períodos de expansão econômica. Daí a persistência do tema nos planos e nas discussões de política em países subdesenvolvidos, e a persistência da expressão não-emprego, para frisar a manutenção do desemprego que vem afligindo os países altamente industrializados durante os períodos de recessão.

*Desemprego e Subemprego no Brasil* examina as dimensões do problema em nosso País, ao longo da História, e sobretudo nos dias atuais, quando a urbanização acelerada tomou visível o que antes estava oculto no mundo rural. As teorias explicativas do desemprego são tratadas sempre que possível em confronto com a realidade brasileira. Do mesmo modo, as sugestões de política econômica que visam aumentar a absorção de mão-de-obra.

O livro da economista Helga Hoffmann contém, inicialmente, um breve retrospecto histórico, em que a autora situa o aparecimento do desemprego e do subemprego como problema no momento em que a população urbana começa a sobrepujar a do campo; antes disso, grande parte da subutilização de mão-de-obra permanente oculta no mundo rural, a segunda parte do livro é um registro da situação ocupacional do Brasil nos dias atuais, a partir dos dados existentes: trata-se de identificar em que medida existe um problema de desemprego na presente etapa do desenvolvimento brasileiro. Tanto a terceira como a quarta parte analisam teorias e hipóteses explicativas da ocorrência do desemprego e do subemprego em países subdesenvolvidos, as quais têm sido apresentadas também como referência ao caso brasileiro; a quarta parte concentra as explicações